

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na Estrada do Guerengüê, nº 1.381 - Taquara, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio, para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e
- (c) A participação como acionista ou quotista, em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na nota 31.

As informações contábeis contidas nessas Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 8 de Março de 2016.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração atesta que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (Nota 4 e 33);
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 4 e 33);

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Resultado por segmento de negócio

O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.

e) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (dividendos recebidos, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Principais práticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(ii.1) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são classificados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

As variações do valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Os rendimentos desses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira.

(d) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes, aplicável para o investimento em sociedade não controlada, Rohr S.A, vide nota 13 (b).

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

(ii.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(ii.3) Instrumentos financeiros derivativos

(a) Atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de “hedge” de fluxo de caixa.

(b) Hedge de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justos são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de hedge atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge e no item objeto de hedge atribuível ao risco de hedge são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela relação de *hedge*, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*, o ajuste ao valor justo do item objeto de “*hedge*”, oriundo do risco de “*hedge*” é registrado no resultado a partir dessa data.

(c) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva, quando a operação protegida por hedge prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo ativos imobilizados), previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo imobilizado. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no resultado do exercício pela depreciação dos ativos imobilizados.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para devedores duvidosos). A provisão para devedores duvidosos é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

Provisões para devedores duvidosos devem ser constituídas:

1. Para quaisquer créditos a receber da Companhia que forem encaminhados para cobrança jurídica. Para este tipo de crédito a provisão para devedores duvidosos será de 100%.
2. As contas a receber vencidas da Companhia, que não possuem garantias reais e líquidas, são provisionadas de acordo com o seguinte critério: clientes não preferenciais, 50% quando vencidas entre 61 e 120 dias e 100% quando vencidas

há mais de 120 dias e; para clientes com menor risco de crédito, 100% mais de 180 dias.

A base para início da contagem de tempo para constituição da provisão será o vencimento prorrogado do título.

A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PDD.

A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas ensejará a contabilização de PDD normalmente de acordo com o critério acima (somente para valores vencidos, sem incluir os a vencer). A PDD eventualmente constituída será totalmente estornada, com a confirmação do pagamento pontual da 2ª parcela da confissão de dívida. Caso o cliente fique novamente inadimplente, toda a dívida será contabilizada em PDD.

No caso de renegociação da confissão de dívida, a PDD se constituirá de acordo com a regra descrita, salvo se a mesma for substituída por outra com garantia real e líquida (hipoteca ou fiança bancária).

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente é feita a apuração e contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

(iv.1) Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Os estoques - outros ativos mantidos para venda são representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda dos mesmos. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1).

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de

acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(vi) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 22).

(vii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 14, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(viii) Intangíveis

Programas de computador (Software)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (Nota 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ix) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o

segmento operacional.

(x) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considerada suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa “Construção”. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xi) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (Nota 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xiii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (nota 20).

(xiv) Planos de Opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xv) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como

custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvi) Arrendamento mercantil

A Companhia efetua arrendamento de certos itens do ativo imobilizado. Arrendamento de itens do imobilizado onde a Companhia retém de forma substancial todos os riscos e benefícios da propriedade de tais ativos são classificados como arrendamento financeiro.

No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do pagamento das parcelas do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

O saldo da conta Arrendamento financeiro, apresentado nos passivos circulante e não circulante, refere-se às parcelas restantes a pagar dos contratos de arrendamento mercantil.

(xvii) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

(xviii) Capital Social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são transferidos para ou dos lucros acumulados.

(xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxi) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de locação é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/ recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(xxiii) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.
- O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia, que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

2.3. Adoção e novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IAS e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

- a) Normas, interpretações novas e alterações de normas e interpretações existentes que estão vigentes desde 1º de janeiro de 2015:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes.

- b) Novas normas, interpretações e alterações de normas e interpretações existentes que ainda não estão vigentes em 31 de dezembro de 2015:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IAS 16 e IAS 38 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- IFRS 11 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar as combinações de negócios que representam princípios, divulgados no IFRS 3 e outros, desde que não seja conflitante.
- IFRS 27 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas a ser opcionalmente contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- IAS 1 - Alteração na norma para endereçar potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações financeiras. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação.
- Melhorias Anuais dos ciclos 2012 - 2014 - Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IAS 7 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar que as Companhias devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras, avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, apresentado nos cash flows.
- IAS 12 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar que os métodos de classificação das perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor de custo e justo, é considerado uma diferença temporária dedutível.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers* - define 5 passos simples para serem aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18 e IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Nova norma (com alterações posteriormente à mesma) que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, *hedge accounting* e desconhecimento de ativos e passivos financeiros.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Especificação de reconhecimento, medição e divulgação de locações, através de um modelo contábil único arrendatário.

Em vigor para períodos iniciados em ou após vigência indefinida:

- IFRS 10 e IAS 28 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar o tratamento de venda ou entrada de bens de um investidor à sua coligada ou joint venture.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. A Companhia está analisando os impactos dessas normas e até a presente data não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

2.4. Reapresentação da demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia reavaliou a sua divulgação das transações de compra e venda de itens de locação do seu ativo imobilizado na demonstração de fluxos de caixa e concluiu que para melhor apresentação, estas transações deveriam ser refletidas como parte dos fluxos de caixa da atividade operacional ao invés da atividade de investimento, como anteriormente apresentadas. Desta forma, os valores comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras aprovadas em 9 de março de 2015, estão sendo representados, conforme abaixo:

	Saldo		2014
	original	Reclassificações	Saldo
			Reapresentado
Contas a receber	(22.200)	61.594	39.394
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	-	(182.163)	(182.163)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>241.443</u>	<u>(120.569)</u>	<u>120.874</u>
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	61.594	(61.594)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(214.797)	214.797	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	-	(32.634)	(32.634)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(125.298)</u>	<u>120.569</u>	<u>(4.729)</u>

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação, vide notas 13 e 15.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20.

3.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como, *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5. Provisões para devedores duvidosos

A Companhia reconhece provisão para devedores duvidosos para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na Nota 2.2 (iii). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto a capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores, representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2015.

3.8. Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(i) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Equivalente de caixa</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Aplicações financeiras	CDI	<u>231.867</u>	<u>33.034</u>	<u>24.775</u>	<u>16.517</u>
	Total	<u>231.867</u>	<u>33.034</u>	<u>24.775</u>	<u>16.517</u>
			Variação	25,00%	50,00%
<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
BNDES	TJLP	(15.116)	(1.023)	(1.072)	(1.119)
1ª Emissão de debêntures	CDI	(92.751)	(4.115)	(5.075)	(6.018)
2ª Emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(169.629)	(19.156)	(23.427)	(27.635)
2ª Série	IPCA	(142.277)	(19.016)	(21.880)	(24.806)
3ª Emissão de debêntures	CDI	(202.527)	(29.925)	(37.056)	(44.093)
	Total	(622.300)	(73.235)	(88.510)	(103.671)
			Variação	20,86%	41,56%

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

<u>Referências</u>	<u>31/12/15</u>		
	<u>Provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
		25%	50%
Taxas			
CDI (%) (i)	14,25%	17,81%	21,38%
TJLP (%) (ii)	7,50%	9,38%	11,25%
IPCA(%) (iii)	7,57%	9,46%	11,36%

- (i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 14,25%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de Fevereiro de 2016, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2016 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de Fevereiro de 2016, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de NDFs com instituições financeiras com fins de hedge. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresenta exposição cambial relevante ou instrumento derivativo em aberto.

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota 4.1 (i).

4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2015, foi de 63 dias. Desta forma, está sujeita ao risco de inadimplência com relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando, entende que há risco de não recebimento dos valores devidos.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela gerência financeira da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário e; (v) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

4.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<u>Em 31 de dezembro de 2015</u>							
Empréstimos e financiamentos	355	700	3.088	3.914	7.150	2.658	17.865
Debêntures	-	11.464	226.833	192.054	347.308	-	777.659
Fornecedores	6.844	-	-	-	-	-	6.844
<u>Em 31 de dezembro de 2014</u>							
Empréstimos e financiamentos	46.378	998	3.215	4.100	11.002	2.652	68.345
Debêntures	-	9.227	150.140	230.266	458.685	64.069	912.387
Instrumentos financeiros derivativos	(1.166)	-	-	-	-	-	(1.166)
Fornecedores	16.510	-	-	-	-	-	16.510

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

(i) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Conta corrente</u>		
Banco (1)	<u>144</u>	<u>182</u>
Total	<u>144</u>	<u>182</u>
<u>Aplicações</u>		
Banco (1)	<u>231.867</u>	<u>193.477</u>
Total	<u>231.867</u>	<u>193.477</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>232.011</u>	<u>193.659</u>

(1) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou o ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão, conforme evento subsequente especificado na nota 36.

Além disso, a Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Dívida bancária total	<u>622.300</u>	<u>747.791</u>
Financiamentos	15.116	64.527
Debêntures (vide nota 18)	<u>607.184</u>	<u>683.264</u>
Caixa equivalente de caixa	<u>232.011</u>	<u>193.659</u>
Endividamento líquido	<u>390.289</u>	<u>554.132</u>
Patrimônio líquido	<u>962.231</u>	<u>1.059.397</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,41</u>	<u>0,52</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Linhas de créditos disponíveis		
Linhas de crédito bancário não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Não utilizadas	109.584	505.639
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	15.116	64.527

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	144	182
Aplicações financeiras	<u>231.867</u>	<u>193.477</u>
	<u>232.011</u>	<u>193.659</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e remuneradas a taxa média de 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (Certificado de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 101,5% do CDI, em 31 de dezembro de 2014).

7. CONTAS A RECEBER

Unidade de negócio	2015			2014		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Construção	132.357	(75.932)	56.425	150.520	(51.117)	99.403
Rental	91.967	(48.673)	43.294	93.079	(36.313)	56.766
Serviços industriais (*)	3.551	(3.551)	-	3.992	(3.992)	-
Eventos	-	-	-	2.022	-	2.022
Totais	227.875	(128.156)	99.719	249.613	(91.422)	158.191
Circulante	227.875	(128.156)	99.719	248.215	(91.422)	156.793
Não circulante	-	-	-	1.398	-	1.398

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

A provisão para devedores duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	91.422	53.861
Constituição de provisão para devedores duvidosos	77.450	61.744
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(39.220)	(19.443)
Baixas	(1.496)	(4.740)
Saldo final do exercício	<u>128.156</u>	<u>91.422</u>

Em 31 de dezembro de 2015, contas a receber de clientes no montante de R\$128.156 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$91.422) estavam provisionadas para perda. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de clientes que durante o exercício de 2015 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	61.741	83.513
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	10.778	18.101
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	28.549	40.840
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	12.913	19.899
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	10.880	15.797
Vencidos acima de 180 dias (*)	<u>103.014</u>	<u>71.463</u>
Total	<u>227.875</u>	<u>249.613</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

8. ESTOQUES

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Matérias primas	244	2.030
Mercadorias para revenda	5.401	11.660
Peças de reposição e suprimentos	13.921	11.438
Adiantamentos para estoques	-	88
Provisão para estoque de giro lento (*)	<u>(1.168)</u>	<u>(3.423)</u>
Total	<u>18.398</u>	<u>21.793</u>

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias primas e dos adiantamentos para estoques estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

9. ESTOQUES - OUTROS ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 6 de agosto de 2015, a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental, até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados para venda, e segregado dos equipamentos de locação, 242 equipamentos oriundos do ativo imobilizado e transferidos para estoques - outros ativos mantidos para venda. A partir dessa transferência a depreciação foi interrompida, e o valor residual contábil desses itens é de R\$20.687. No exercício findo, foram vendidos 65 equipamentos, e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	34.181	59.259
IRPJ e CSLL a compensar (**)	16.548	412
ICMS a compensar (***)	663	933
Outros	<u>390</u>	<u>86</u>
	<u>51.782</u>	<u>60.690</u>
Circulante	<u>39.435</u>	<u>28.677</u>
Não circulante	<u>12.347</u>	<u>32.013</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2018.

(**) Refere-se aos saldos de IRPJ e CSLL pagos antecipadamente durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2016.

(***) Corresponde ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER - VENDA DA INVESTIDA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2015	-	17.467
2016	19.778	17.467
2017	<u>19.778</u>	<u>17.467</u>
Total	<u>39.556</u>	<u>52.401</u>
Circulante	19.778	17.467
Não circulante	<u>19.778</u>	<u>34.934</u>
	<u>39.556</u>	<u>52.401</u>

A Companhia fechou em 30 de novembro de 2013, a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

O contrato estipula que o valor de aquisição seja pago em 6 (seis) parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, da seguinte forma:

1. A primeira de R\$25.000 (R\$25.207, considerando a atualização pelo CDI até a data do pagamento) foi paga na data da assinatura do contrato;

2. A segunda, de R\$17.000 (R\$18.093, considerando a atualização pelo CDI até 31 de março de 2014), foi paga em abril de 2014 no montante de R\$11.304. O valor da segunda parcela foi ajustado pelo desempenho parcial do negócio, que significou o lucro líquido do negócio mais a depreciação dos ativos que integram o negócio; menos investimentos; mais o aumento ocorrido nas contas a pagar (ou menos a redução ocorrida nas contas a pagar, conforme aplicável); e menos o aumento ocorrido nas contas a receber (ou mais a redução ocorrida nas contas a receber, conforme aplicável), entre 31 de maio de 2013 e a data do fechamento, ocorrida em 30 de novembro de 2013. Para apuração deste valor, foram utilizados os mesmos critérios contábeis de rateio de despesas e constituição de provisão de devedores duvidosos e baixa de equipamentos atualmente utilizados pela Companhia. Para efeitos do cálculo do lucro líquido, foi considerada a alíquota de imposto de renda e contribuição social idêntica à média observada para as atividades da Companhia, nos últimos 12 meses, imediatamente anteriores à data do fechamento e não foram considerados, (i) os custos alocados referentes às opções de compra de ações da Companhia e a participação de resultados, e (ii) receitas e despesas financeiras. O valor acumulado do desempenho parcial do negócio, entre 01 de junho e 30 de novembro de 2013, data em que a Companhia concluiu a operação, foi de R\$6.789.
3. Quatro parcelas de R\$15.000 (R\$19.778, considerando as duas últimas parcelas atualizadas por 100% do CDI até 31 de dezembro de 2015), com vencimento anual, a contar da data da assinatura do contrato. A primeira destas parcelas foi recebida na data do vencimento, em 10 de julho de 2014, no valor atualizado de R\$16.601 e a segunda destas parcelas foi recebida na data de vencimento, em 10 de julho de 2015, no valor atualizado de R\$18.575.

12. OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a receber - Eventos (i)	1.623	-
Empréstimos a empregados e créditos em folha de pagamento (ii)	1.205	2.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - Rohr (iii)	1.546	1.546
Despesas antecipadas (iv)	100	119
Outros	<u>842</u>	<u>1.345</u>
Total	<u>5.316</u>	<u>5.580</u>

- (i) A Companhia possui contas a receber correspondentes aos bens da Unidade de Negócios de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o ativo está ajustado a valor presente e a Administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado, dentro do esperado, até o vencimento da última parcela;
- (ii) Refere-se a empréstimos consignados concedidos a empregados que são descontados em parcelas na folha de pagamento;
- (iii) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber, líquido dos impostos, da Rohr conforme divulgado na nota explicativa 13, com expectativa de recebimento até dezembro de 2016.

- (iv) Os saldos são, basicamente, referentes a despesas antecipadas de seguros a apropriar e IPTU a apropriar.

13. INVESTIMENTOS

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

Durante o ano de 2011, a Companhia recebeu R\$2.608 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio e dividendos de anos anteriores, tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, não possui influência significativa pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representantes na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir à Mills o direito de ter influência na Administração da investida ou que possam conferir o direito de aumentar a sua participação no futuro. Adicionalmente, por não ter ações negociadas no mercado, a Companhia considera que não é possível estimar confiavelmente o fair value do investimento, mantendo o mesmo registrado pelo custo de aquisição.

Em dezembro de 2015, a Companhia registrou em receita financeira R\$1.818 (R\$1.818 em dezembro de 2014) de juros sobre capital próprio da Rohr, referentes ao ano de 2015.

b) Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2015, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do investimento na Rohr através de estudo interno. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor recuperável desse ativo, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de 10 anos para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja visto o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. As principais premissas foram: (i) as receitas foram projetadas com base nos dados históricos, bem como em perspectivas de crescimento do segmento e da economia brasileira; (ii) perspectiva de resultado operacional negativo em 2015, decorrente da redução de atividade do setor; (iii) a execução de programa contínuo de melhoria de produtividade e de redução de custos e despesas fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento da receita, (iv) os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto de 16,67%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC); (v) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro, nos anos da projeção. Em função desse estudo, a Administração

estima que o valor recuperável do investimento na Rohr é de R\$61.200, fazendo com que seja reconhecida, provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo no montante de R\$26.192, registrada na rubrica de outras despesas operacionais da demonstração de resultado.

14. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
<u>Custo do imobilizado bruto</u>												
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.491.854	38.506	1.530.360	19.040	24.274	13.886	3.640	5.470	8.945	580	75.835	1.606.195
Aquisição	167.210	5.535	172.745	8.069	-	2.126	180	1.645	1.479	462	13.961	186.706
Baixa/alienação	(57.298)	(195)	(57.493)	-	-	(9)	(426)	-	(23)	-	(458)	(57.951)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(18.154)	-	(18.154)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.154)
Reclassificação	(286)	286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	39.942	(39.942)	-	31	-	-	-	(57)	26	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.623.268	4.190	1.627.458	27.140	24.274	16.003	3.394	7.058	10.427	1.042	89.338	1.716.796
Aquisição	14.114	-	14.114	4.675	10	494	324	1.126	549	-	7.178	21.292
Baixa/alienação	(84.798)	(6)	(84.804)	(649)	(73)	(11)	(2.256)	(346)	(10)	-	(3.345)	(88.149)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(977)	-	(977)	-	-	-	-	-	-	-	-	(977)
Transf p/ estoque	(54.882)	-	(54.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.882)
Transferências	2.777	(2.753)	24	131	-	25	(25)	873	-	(1.042)	(38)	(14)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.499.502	1.431	1.500.933	31.297	24.211	16.511	1.437	8.711	10.966	-	93.133	1.594.066
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(362.749)	-	(362.749)	(4.169)	(1.526)	(6.594)	(2.232)	(1.051)	(3.398)	-	(18.970)	(381.719)
Depreciação	(155.497)	-	(155.497)	(3.342)	(670)	(2.344)	(448)	(534)	(745)	-	(8.083)	(163.580)
Baixa/alienação	28.411	-	28.411	-	-	1	274	-	4	-	279	28.690
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(34)	-	-	-	(5)	-	-	(39)	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(489.835)	-	(489.835)	(7.545)	(2.196)	(8.937)	(2.406)	(1.590)	(4.139)	-	(26.813)	(516.648)
Depreciação	(154.980)	-	(154.980)	(4.764)	(669)	(2.367)	(338)	(685)	(838)	-	(9.661)	(164.641)
Baixa/alienação	55.073	-	55.073	265	39	4	1.932	329	8	-	2.577	57.650
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(485)	-	-	-	(70)	-	-	(555)	(555)
Transf p/ estoque	34.195	-	34.195	-	-	-	-	-	-	-	-	34.195
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(555.547)	-	(555.547)	(12.528)	(2.826)	(11.300)	(812)	(2.017)	(4.969)	-	(34.452)	(589.999)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
<u>Resumo imobilizado líquido</u>												
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.133.433	4.190	1.137.623	19.595	22.078	7.066	988	5.468	6.288	1.042	62.525	1.200.148
Saldo em 31 de dezembro de 2015	943.955	1.431	945.386	18.769	21.385	5.211	625	6.694	5.997	-	58.681	1.004.067

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições no ano por grupamento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Escoramentos	4.213	24.606
Plataformas e manipuladores	-	104.152
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	2.095	12.936
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	5.224	25.596
Máquinas e equipamentos de uso operacional	2.582	-
Instalações	1.126	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.675	-
Outros	<u>1.377</u>	<u>19.416</u>
Total de aquisições	<u>21.292</u>	<u>186.706</u>

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2015 a R\$151.915 e R\$12.726 (31 de dezembro de 2014 R\$152.874 e R\$10.706), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 17).

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 31 de dezembro de 2015, aprovado em Reunião de Diretoria. Para a elaboração do respectivo laudo, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação em relação à apurada no laudo de fevereiro de 2011 e que está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia. Portanto não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício de 2015.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil dos seus ativos da unidade geradora de caixa Rental pode não ser recuperável. Em relação aos seus ativos da unidade geradora de caixa Construção, a Companhia entende que houve mudanças nas circunstâncias de mercado e efetuou o teste de recuperabilidade desses ativos em conjuntos como o ágio relacionado a essa unidade. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 15.

15. INTANGÍVEL

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
<u>Custo do intangível bruto</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>20.943</u>	<u>895</u>	<u>12.626</u>	<u>44.294</u>	<u>78.758</u>
Aquisição	3.927	-	8.498	-	12.425
Transferência	<u>20.045</u>	-	(20.045)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>44.915</u>	<u>895</u>	<u>1.079</u>	<u>44.294</u>	<u>91.183</u>
Aquisição	3.086	2.261	1.555	-	6.902
Transferência	1.164	-	(1.150)	-	14
Perdas estimadas por valor não recuperável	-	-	-	(30.918)	(30.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>49.165</u>	<u>3.156</u>	<u>1.484</u>	<u>13.376</u>	<u>67.181</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(5.839)</u>	<u>(295)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(10.366)</u>
Amortização	(4.505)	(174)	-	-	(4.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>(10.344)</u>	<u>(469)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(15.045)</u>
Amortização	(4.826)	(174)	-	-	(5.000)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(365)	-	-	-	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>(15.535)</u>	<u>(643)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(20.410)</u>
Taxas anuais de amortização - %	10	20	-	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	34.571	426	1.079	40.062	76.138
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.630	2.513	1.484	9.144	46.771

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 e os mesmos estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção representado esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de 10 anos para fins de fundamentação do valor pago, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. As principais premissas foram: (i) as receitas foram projetadas com base nos dados históricos, bem como em perspectivas de crescimento do segmento e da economia brasileira; (ii) resultado operacional negativo em 2015, decorrente da redução de atividade do setor; (iii) a execução de programa contínuo de melhoria de produtividade e de redução de custos e despesas fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento da receita, (iv) os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto de 16,67%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC); (v) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro, nos anos da projeção.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor recuperável dos ativos da Unidade de Negócio Construção, incluindo o ágio da aquisição da Jahu em 2008 e da GP Sul, em 2011, é de R\$442.523 (R\$473.441 em dezembro de 2014), fazendo com que houvesse no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a necessidade de constituição de provisão para perda no valor recuperável desse ativo no montante de R\$30.918.

16. FORNECEDORES

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores nacionais	6.665	16.240
Fornecedores estrangeiros	<u>179</u>	<u>270</u>
	<u>6.844</u>	<u>16.510</u>

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a prestação de serviços, compras a prazo de materiais e equipamentos de imobilizado.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seus usos e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, TJLP e Dólar norte-americano.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>15.116</u>	<u>64.527</u>
Circulante	3.185	49.637
Não circulante	<u>11.931</u>	<u>14.890</u>
	<u>15.116</u>	<u>64.527</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de US\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões). A liquidação do empréstimo e dos juros foi realizada em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (swap) no montante de R\$40,0 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) fossem integralmente convertidas para moeda local. Este contrato foi liquidado na mesma data do vencimento do empréstimo, acima descritos.

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>33.103</u>
Total das garantias reais	<u>27.103</u>	<u>33.103</u>

* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados abaixo:

2016	3.185
2017	3.138
2018 a 2021	<u>8.793</u>
	<u>15.116</u>

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas cujos requerimentos encontram-se em linha com os apresentados nas escrituras das debêntures e estão detalhados na nota 18.

18. DEBÊNTURES

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2015	31/12/2014
1ª emissão	Única	270.000	Abr/2011	Abr/2016	112,5% CDI	92.751	184.412
Custo de emissão						<u>(157)</u>	<u>(629)</u>
						<u>92.594</u>	<u>183.783</u>
2ª emissão	1ª série	160.940	Ago/2012	Ago/2017	100% CDI + 0,88% a.a.	169.629	168.121
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 5,50 a.a.	142.277	128.747
Custo de emissão						<u>(787)</u>	<u>(1.093)</u>
						<u>311.119</u>	<u>295.775</u>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	108,75% CDI	202.527	201.984
Custo de emissão						<u>(521)</u>	<u>(685)</u>
						<u>202.006</u>	<u>201.299</u>
Total de debêntures						<u>605.719</u>	<u>680.857</u>
Circulante						186.634	105.315
Não circulante						419.085	575.542

1ª Emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014, liquidado nesta data. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

2ª Emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- 1ª série - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI;
- 2ª série - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e os juros pagos anualmente corresponderão à 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª Emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014 foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$200.000, e valor nominal unitário de R\$10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos das debêntures bruto dos custos de transação são de R\$187.251 no passivo circulante e de R\$419.933 no passivo não circulante e R\$186.634 e R\$419.085 líquidos dos custos de transação respectivamente (em 31 de dezembro de 2014 o saldo bruto de debêntures é de R\$106.203 no passivo circulante e de R\$577.061 no passivo não circulante e R\$105.315 e R\$575.542 líquidos dos custos de transação).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) que deverá ser igual ou superior a 2.

- (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia, em base consolidada;
- (ii) “EBITDA” significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e
- (iii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

19. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e encargos - Diretoria	6.092	7.211
Honorários do Conselho de Administração	1.219	1.352
Pagamentos com base em ações	<u>3.382</u>	<u>3.570</u>
Total	<u>10.693</u>	<u>12.133</u>

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 23 de junho de 2015, o Conselho de Administração deliberou que a participação dos empregados nos lucros passasse no ano de 2015, a ter como base o EBITDA, onde até 5% do EBITDA da Companhia poderá ser distribuído, se o EBITDA alcançado superar o valor do EBITDA orçado. A métrica para este cálculo está aprovada pela Administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação, quando houver, ocorrerá no momento em que a meta anual do EBITDA for atingida, sendo desembolsada até abril de 2016. A Companhia não atingiu as metas em 2015, não tendo registrado no exercício, provisão para essa despesa.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

<u>Planos</u>	<u>Data da outorga</u>	<u>Data final de exercício</u>	<u>Ações em milhares</u>		
			<u>Ações outorgadas</u>	<u>Ações exercidas</u>	<u>Ações em aberto</u>
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	106
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(592)	592
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(401)	857
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(97)	671
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	260

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para calculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide nota 25 (a.1)).

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), levando em consideração: (i) no caso de opções cuja outorga tenha como contraprestação a aquisição de ações de emissão da Companhia pelo respectivo Beneficiário, o valor do patrimônio líquido das ações em 31 de dezembro do exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga; ou (ii) nos demais casos, o valor correspondente à média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ponderada pelo volume de negociação, durante o exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga. Independente do critério a ser adotado para definição do preço de exercício, este será corrigido monetariamente de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), e deduzidos do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir da data da outorga.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Plano 2002		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Plano 2010		
Reserva de capital	5.693	5.727
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de ações exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de ações canceladas (milhares)	73	64
Programa 2011 (Plano 2010)		
Reserva de capital	7.329	6.750
Número de opções a exercer (milhares)	592	592
Número de ações exercidas (milhares)	592	592
Número de ações canceladas (milhares)	157	75
Programa 2012 (Plano 2010)		
Reserva de capital	13.011	9.659
Número de opções a exercer (milhares)	857	859
Número de ações exercidas (milhares)	401	399
Número de ações canceladas (milhares)	336	156
Programa 2013 (Plano 2010)		
Reserva de capital	9.479	5.633
Número de opções a exercer (milhares)	671	676
Número de ações exercidas (milhares)	97	92
Número de ações canceladas (milhares)	139	48
Programa 2014 (Plano 2010)		
Reserva de capital	2.907	1.026
Número de opções a exercer (milhares)	260	234
Número de ações canceladas (milhares)	52	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	45.020	35.396
Efeito no resultado	(9.624)	(9.539)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apurou resultado tributável de imposto de renda e contribuição social. Os valores antecipados durante o exercício de 2015 e retidos na fonte sobre notas fiscais e aplicações financeiras compõem o saldo negativo de IRPJ e CSLL que será utilizado durante o exercício de 2016.

- b) Reconciliação entre a despesa e receita de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(128.718)	90.336
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	43.764	(30.714)
Provisões indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(13.076)	(5.802)
Juros sobre capital próprio - Declarado	-	8.528
Outros	<u>229</u>	<u>1.920</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	30.917	(26.068)
Alíquota efetiva	24%	29%

* As despesas indedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias. Segue abaixo a composição dessas despesas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão de cancelamento	(9.510)	(2.538)
Baixas de Estoques	(1.655)	(1.740)
Outros	<u>(1.911)</u>	<u>(1.524)</u>
Total	<u>(13.076)</u>	<u>(5.802)</u>

- c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge.

- d) A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31 de Dezembro de 2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Stock options	3.243	3.284	(435)	6.092
Ajuste a valor presente	54	-	(39)	15
Hedge sobre imobilizado	(946)	-	135	(811)
Provisões de custos e despesas	977	(2.103)	1.188	62
Provisão Estoque Giro Lento	1.164	1.377	(2.144)	397
Provisão para Devedores Duvidosos	17.993	13.716	(14.436)	17.273
Perdas Estimadas por Valor não recuperável	-	8.906	-	8.906
Arrendamento financeiro	4.329	(3.141)	(4.329)	(3.141)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.278	2.305	(933)	5.650
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	42	-	-	42
Derivativos NDF	(126)	-	126	-
Provisão para descontos e cancelamentos	9.355	6.593	(13.719)	2.229
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa - 2015	-	17.290	-	17.290
Swap	(396)	-	396	-
Provisão para realização de crédito tributário	-	30	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	255	201	-	456
Depreciação acelerada	(1.506)	(753)	-	(2.259)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(459)	(134)	-	(593)
Ágio Jahu	(12.949)	-	10.512	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.197)	(276)	-	(1.473)
Variação cambial	1.643	-	(1.643)	-
Debêntures	(809)	-	311	(498)
	<u>24.945</u>	<u>47.295</u>	<u>(25.010)</u>	<u>47.230</u>

- e) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Stock option	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão de estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Derivativos NDF	Pela realização da provisão
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Swap	Pela liquidação do empréstimo
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em 5 anos
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial	Pelo pagamento do empréstimo
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros
Debêntures	Pela amortização do custo de captação

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de dezembro de 2015:

	<u>IR e CSLL diferidos ativos</u>	<u>IR e CSLL diferidos passivos</u>
2016	2.694	(1.235)
2017	19.251	(1.204)
2018	10.181	(1.149)
2019	5.806	(1.902)
2020	5.693	(1.938)
A partir de 2021	<u>14.817</u>	<u>(3.784)</u>
Total	<u>58.442</u>	<u>(11.212)</u>

22. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tributários (i)	4.272	4.301
Cíveis (ii)	2.419	787
Trabalhistas (iii)	6.235	3.978
Honorários de êxito (iv)	2.309	2.660
Honorários de sucumbência (v)	<u>1.377</u>	<u>854</u>
Total	<u>16.612</u>	<u>12.580</u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>12.580</u>	<u>10.573</u>
Constituições	5.161	3.330
Atualizações monetárias	1.618	1.670
Reversões	(1.607)	(2.380)
Baixa	<u>(1.140)</u>	<u>(613)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>16.612</u>	<u>12.580</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente as diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde a provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais, com risco provável de desfecho desfavorável para Companhia.

b) Composição dos depósitos judiciais:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tributários (i)	7.947	7.161
Trabalhistas (ii)	<u>3.076</u>	<u>3.261</u>
	<u>11.023</u>	<u>10.422</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2015 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$7.947. A conciliação deste montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS totalizando o valor de R\$3.755, como informado na nota de nº 22, item “a”, subitem “i”, e, também, a depósitos judiciais efetuados a favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange a incidência do ISS sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre esta rubrica monta em R\$2.769. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos a Companhia não efetuou depósitos judiciais desta natureza.

- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tributárias (i)	40.461	31.559
Cíveis (ii)	5.198	5.191
Trabalhista (iii)	<u>18.006</u>	<u>15.232</u>
Total	<u>63.665</u>	<u>51.982</u>

(i) Tributárias (principais itens):

- a) Glosa de despesas supostamente indedutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que, doravante, eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea;
- e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de Imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo STF.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

23. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (Refis)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004).
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
 - (iv) INSS- Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente à locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1º Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia, decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativo a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (e) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Receita Federal do Brasil - RFB para fins de consolidação.

Foi requerido à RFB em julho de 2011 que procedesse com a inclusão destes débitos no programa. Em agosto de 2011 por meio da Intimação nº 1360/2011 a RFB informou que o período de consolidação de débitos findou em 30 de junho de 2011 e que não havia previsão legal para a reabertura para inclusão, desta forma, os débitos estavam com sua exigibilidade suspensa até regularização. Os débitos consolidáveis continuaram no passivo exigível da Mills sendo atualizados mensalmente até a data da regularização ocorrida em agosto de 2015.

	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2014</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações SELIC</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2015</u>
PIS	1.729	(183)	-	174	1.720
COFINS	5.298	(584)	238	556	5.508
IRPJ	2.150	(227)	-	216	2.139
CSLL	142	(20)	51	20	193
INSS	<u>811</u>	<u>(85)</u>	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>808</u>
	<u>10.130</u>	<u>(1.099)</u>	<u>289</u>	<u>1.048</u>	<u>10.368</u>
Circulante	1.030				1.174
Não Circulante	9.100				9.194

24. TRIBUTOS A PAGAR

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS e COFINS	2.188	2.978
INSS	61	86
ISS	46	500
Outros	<u>392</u>	<u>409</u>
	<u>2.687</u>	<u>3.973</u>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 é representado pelo valor de R\$563.319 (31 de dezembro de 2014 - R\$563.319) dividido em 128.057 mil (31 de dezembro de 2014 - 128.057 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

(a.1) Ações em tesouraria

Em 10 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou, a instituição de um programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia e autorizou a Administração definir a oportunidade e a quantidade de ações a serem efetivamente adquiridas no âmbito do Programa de Recompra.

O objetivo da Companhia com o programa de recompra foi adquirir até 4.000 mil de ações de sua emissão, no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar com da data da aprovação pelo Conselho de Administração, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, inclusive no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia, em caso de exercício de tais opções.

Em 21 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a alienação de 5.434 (cinco mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia, mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compras de ações, no montante de R\$39.

Em 17 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a alienação de 1.444 (Hum mil, quatrocentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia, mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compras de ações, no montante de R\$9.

Até 31 de dezembro de 2015, foram adquiridas 2.285.300 ações no valor total de R\$19.730 (no exercício findo em 31 de dezembro 2014, haviam sido adquiridas 1.182.900 ações no valor total de R\$10.985), registrados na reserva de capital. O custo mínimo, médio ponderado e máximo destas ações adquiridas no exercício, foram, respectivamente, R\$5,32, R\$8,65 e R\$11,30.

(a.2) Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

<u>Acionistas</u>	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Quantidade de ações (em milhares)</u>	<u>Porcentagem</u>	<u>Quantidade de ações (em milhares)</u>	<u>Porcentagem</u>
Andres Cristian Nacht	14.185	11,08%	15.685	12,25%
Snow Petrel S.L.	17.728	13,84%	17.728	13,84%
HSBC Bank Brasil S.A.	6.323	5,00%	6.323	5,07%
Capital Research Global Investors	-	-	6.507	5,10%
Brandes Investment Partners ¹	6.711	5,24%	-	-
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ²	13.415	10,48%	11.827	9,24%
Outros	<u>69.695</u>	<u>54,36%</u>	<u>69.987</u>	<u>54,50%</u>
	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>

1 Em 21 de setembro de 2015, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

2 Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. considera a posição referente à 31/12/2015, já reportada a CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02

b) Reservas de lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$45.020, referente aos planos de *stock options* para os empregados, valor do custo das ações canceladas no montante de R\$557 e o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$19.777, alienação de ações montante de R\$47, totalizando R\$9.664 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2015 (em 31 de dezembro 2014 - R\$8.785).

26. DIVIDENDOS PROPOSTOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Sociedades por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda.

Em função dos resultados apurados no exercício de 2015, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2014, foram declarados R\$25.081 de juros sobre capital próprio (R\$21.810 líquido de impostos) referente a R\$0,20 por ação, como parte da remuneração distribuída no encerramento do exercício de 2014.

Segundo o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor creditado pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio encontra-se dentro do limite legal de dedutibilidade.

	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	64.268
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(3.213)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>61.055</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (líquido dos impostos)	<u>15.264</u>
Juros sobre capital próprio propostos para pagamento no exercício seguinte	25.081
Imposto de renda retido na fonte - 15% (*)	<u>(3.271)</u>
Juros sobre capital próprio líquido propostos para pagamento no exercício seguinte	21.810
Dividendos mínimos obrigatórios para pagamento no exercício seguinte	<u>-</u>

	<u>2014</u>
Total dividendos líquidos propostos para pagamento	21.810
Total dividendos brutos de IR propostos para pagamento	<u>25.081</u>
Percentagem dividendos bruto de IR do exercício sobre o lucro líquido do exercício	39,03%

(*) Alíquota de 15%, descontando o IRRF dos acionistas isentos.

O valor registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2014 é de R\$21.810, liquidado nos dias 05 e 06 de maio de 2015.

27. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	<u>(97.801)</u>	<u>64.268</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>126.686</u>	<u>127.818</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>(0,77)</u>	<u>0,50</u>

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>(97.801)</u>	<u>64.268</u>
Quantidade média ponderada de ações das (milhares) ordinárias emitidas (milhares)	126.686	127.818
Ajustes de:		
Opções de compra de ações* (milhares)	-	406
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>126.686</u>	<u>128.224</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>(0,77)</u>	<u>0,50</u>

(*) O efeito zero em 31 de dezembro de 2015, é por conta das ações ordinárias potenciais antidiluidoras.

28. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO, VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Locação	608.142	869.782
Vendas	51.826	69.836
Assistência técnica	16.502	15.302
Indenizações e recuperação	<u>58.199</u>	<u>94.454</u>
Total receita bruta	<u>734.669</u>	<u>1.049.374</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(56.778)	(83.496)
Cancelamentos e descontos	<u>(101.785)</u>	<u>(171.712)</u>
Total receita líquida	<u><u>576.106</u></u>	<u><u>794.166</u></u>

29. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Natureza	2015			2014		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(74.203)	(97.628)	(171.831)	(63.031)	(113.336)	(176.367)
Terceiros	(4.914)	(20.500)	(25.414)	(6.549)	(28.198)	(34.747)
Frete	(12.093)	(3.315)	(15.408)	(16.260)	(620)	(16.880)
Material construção/ manutenção e reparo	(42.326)	(5.846)	(48.172)	(44.492)	(7.003)	(51.495)
Aluguel de equipamentos e outros	(5.829)	(19.548)	(25.377)	(5.333)	(18.241)	(23.574)
Viagem	(2.362)	(6.433)	(8.795)	(3.769)	(10.549)	(14.318)
Custo das mercadorias vendidas	(34.684)	-	(34.684)	(53.153)	-	(53.153)
Depreciação e amortização	(151.915)	(17.726)	(169.641)	(152.874)	(15.385)	(168.259)
Baixa de ativos	(12.833)	-	(12.833)	(13.733)	-	(13.733)
Provisão para devedores-PDD	-	(38.230)	(38.230)	-	(42.301)	(42.301)
Plano de ações	-	(9.624)	(9.624)	-	(9.539)	(9.539)
Provisões	-	(4.353)	(4.353)	-	(2.485)	(2.485)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	-	(57.110)	(57.110)	-	-	-
Outros	<u>(2.620)</u>	<u>(17.592)</u>	<u>(20.212)</u>	<u>(3.186)</u>	<u>(26.191)</u>	<u>(29.377)</u>
	<u><u>(343.779)</u></u>	<u><u>(297.905)</u></u>	<u><u>(641.684)</u></u>	<u><u>(362.380)</u></u>	<u><u>(273.848)</u></u>	<u><u>(636.228)</u></u>

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia registrou provisão por perdas estimadas por valor não recuperável, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	<u>2015</u>
Unidade de Negócio Construção - ágio	30.918
Investimento na Rohr	<u>26.192</u>
	<u>57.110</u>

Os valores recuperáveis desses ativos foram determinados com base em projeções econômicas, descritas nas notas 13 e 15.

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de dividendos (investimento Rohr)	1.818	1.818
Receitas de juros	8.556	9.187
Receitas de aplicação financeira	22.877	11.721
Descontos obtidos	248	107
Variação cambial e monetária ativa	3.296	1.088
Swap	-	1.166
Outras	<u>116</u>	<u>64</u>
	<u>36.911</u>	<u>25.151</u>

b) Despesas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros de empréstimos	(2.380)	(8.357)
Variação cambial e monetária passiva	(2.567)	(7.841)
Juros de arrendamento financeiro	-	(463)
Juros - Debêntures	(87.607)	(70.346)
Comissões e tarifas bancárias	(2.547)	(1.087)
Outras	<u>(4.950)</u>	<u>(4.659)</u>
	<u>(100.051)</u>	<u>(92.753)</u>

32. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi à criação da nova unidade de negócio Construção. A partir desta data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo esta nova estrutura, inclusive em relação às informações comparativas relativas ao mesmo período de 2014, as quais estão sendo reapresentadas

Unidade de Negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de Negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita líquida	282.953	423.357	293.153	370.809	-	-	576.106	794.166
(-) Custos	(106.833)	(117.836)	(85.029)	(91.670)	-	-	(191.862)	(209.506)
(-) Despesas	(149.156)	(142.232)	(62.781)	(64.443)	(30.014)	(9.487)	(241.951)	(216.162)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(25.633)	(24.267)	(12.763)	(18.025)	166	(9)	(38.230)	(42.301)
(-) Depreciação e amortização	(88.917)	(87.349)	(80.724)	(80.910)	-	-	(169.641)	(168.259)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>(87.586)</u>	<u>51.673</u>	<u>51.856</u>	<u>115.761</u>	<u>(29.848)</u>	<u>(9.496)</u>	<u>(65.578)</u>	<u>157.938</u>
Receita financeira	15.519	10.162	13.780	8.750	7.612	6.239	36.911	25.151
Despesa financeira	(51.772)	(50.414)	(47.692)	(41.885)	(587)	(454)	(100.051)	(92.753)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSL	(123.839)	11.421	17.944	82.626	(22.823)	(3.711)	(128.718)	90.336
(-) IRPJ/CSL	<u>29.745</u>	<u>(3.296)</u>	<u>(4.310)</u>	<u>(23.843)</u>	<u>5.482</u>	<u>1.071</u>	<u>30.917</u>	<u>(26.068)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	<u>(94.094)</u>	<u>8.125</u>	<u>13.634</u>	<u>58.783</u>	<u>(17.341)</u>	<u>(2.640)</u>	<u>(97.801)</u>	<u>64.268</u>

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga Unidade de Negócio Serviços Industriais, bem como a provisão para redução ao valor recuperável do investimento na Rohr.

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros		Total	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imobilizado								
Custo de aquisição	860.592	898.005	733.474	818.791	-	-	1.594.066	1.716.796
(-) Depreciação acumulada	<u>(353.541)</u>	<u>(305.287)</u>	<u>(236.458)</u>	<u>(211.361)</u>	-	-	<u>(589.999)</u>	<u>(516.648)</u>
	507.051	592.718	497.016	607.430	-	-	1.004.067	1.200.148
Outros ativos	<u>299.324</u>	<u>358.786</u>	<u>231.880</u>	<u>191.328</u>	<u>102.686</u>	<u>142.461</u>	<u>633.890</u>	<u>692.575</u>
Ativo total	<u>806.375</u>	<u>951.504</u>	<u>728.896</u>	<u>798.758</u>	<u>102.686</u>	<u>142.461</u>	<u>1.637.957</u>	<u>1.892.723</u>

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

33.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	232.011	193.659
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	99.719	158.191
Depósitos Judiciais	11.023	10.422
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	15.116	64.527
Debêntures	605.719	680.857
Contas a pagar a fornecedores	6.844	16.510
Ativos financeiros ao valor justo		
Derivativos - NDF	-	26
Derivativos - Swap	-	1.166
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	45.020	35.396

33.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Saldos Nível 2	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Ativos</u>		
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	26
Derivativos usados para empréstimos - Swap	-	<u>1.166</u>
Total do Ativo	-	<u>1.192</u>

(a) Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função do BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	Valor justo		Valor contábil	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capital de giro	CDI	-	43.030	-	45.860
1ª Emissão de Debêntures	CDI	87.898	185.839	92.751	184.412
2ª Emissão de Debêntures:					
1ª Série	CDI	144.426	167.397	169.629	168.121
2ª Série	IPCA	121.736	122.726	142.277	128.747
3ª Emissão de Debêntures	CDI	151.410	208.291	202.527	201.984

(d) Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

33.3. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Política de contratação de derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado.

Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da Companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo Conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos são contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

- (b) A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moedas em aberto no fim do período do relatório:

	Taxa de câmbio média		Moeda estrangeira		Valor nacional		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos em aberto			US\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
Hedge de fluxo de caixa			-	499	-	1.299	-	26
Menos de três meses	-	2,61	-	499	-	1.299	-	26
Total			-	499	-	1.299	-	26

(c) Swap

A operação, na modalidade de swap cambial, contratada pela Companhia, visava a proteção contra a exposição do empréstimo de US\$16,9 milhões (vide nota 17) à variação cambial. O swap cambial para essa operação consistiu na troca dos encargos de variação cambial mais juros de 2,31% a.a. por CDI acrescido de 0,29% a.a. Em janeiro de 2015, a Companhia pagou o valor justo apurado de R\$43 nesta operação (até 31 de dezembro de 2014 - R\$1.166 a receber).

(d) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

(e) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de hedge da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como hedge accounting.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(f) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting* realizadas, as perdas e os ganhos verificados nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgedos* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$244 (em 31 de dezembro de 2014, R\$1.175) foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos. Em 31 de dezembro de 2015, não havia ganhos ou perdas não realizadas em derivativos usados com hedge.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(g) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(h) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

34. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de dezembro de 2015.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importâncias seguradas (em milhares de reais)</u>
Equipamentos Rental	1.168.728
Patrimonial	263.913
Responsabilidade civil	40.000
Responsabilidade civil de administradores	80.000
Riscos ambientais	5.000
Veículos	702

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 7 de agosto de 2015, a Companhia celebrou contrato de exportação para venda de equipamentos da Unidade de Negócio Rental e, por conta desse evento, transferiu R\$24.656 ao longo de 2015 do ativo imobilizado para estoque - outros ativos mantidos para venda.

Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até 5 anos, no valor total de R\$1.496, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou perdas estimadas por valor não recuperável na Unidade de Negócio Construção no montante de R\$30.918 e no investimento da Rohr no montante de R\$26.192.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração da Companhia, em 5 de fevereiro de 2016, aprovou por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, à exceção do membro que se declarou impedido, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com possibilidade de homologação parcial, por meio da emissão, para subscrição privada, de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições a seguir indicados:

- Valor do Aumento de Capital: no mínimo, R\$105.435.311,36 (cento e cinco milhões quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e onze reais e trinta e seis centavos) e, no máximo, R\$124.999.999,71 (cento e vinte e quatro milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), mediante a emissão privada de, no mínimo, 40.089.472 (quarenta milhões oitenta e nove mil, quatrocentas e setenta e duas) e, no máximo, 47.528.517 (quarenta e sete milhões quinhentas e vinte e oito mil quinhentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- Preço de Emissão: R\$2,63 (dois reais e sessenta e três centavos) por ação. O preço de emissão por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base nas cotações das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores, considerando-se o preço médio (média das cotações de fechamento diárias ponderada pelo volume de negociação) das ações da Companhia na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros nos pregões realizados entre realizados entre 27 de novembro de 2015 (inclusive) e 4 de fevereiro de 2016 (inclusive), critério este que, no entendimento do Conselho de Administração, melhor se adapta à atual realidade da Companhia.
- Objetivos do Aumento de Capital: O Aumento de Capital tem como objetivos (a) fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa para fazer frente a necessidades de capital de médio e longo prazo para o desenvolvimento de suas atividades; (b) fortalecer os níveis de liquidez da Companhia e reduzir suas margens de endividamento; e (c) permitir que a Companhia aproveite oportunidades de consolidação de mercado que possam surgir no médio prazo.
- Houve recebimentos relativos ao aumento de capital ora divulgado na data de 5 de fevereiro de 2016 dos seguintes acionistas nas datas de 24 e 25 de fevereiro de 2016.

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor das novas ações (em R\$ Mil)
<u>Acionistas</u>		
Acionistas controladores	15.209	39.999

As ações descritas acima, até a presente data, não foram subscritas.